

O processo de formação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Rio Grande do Sul (1965-1966)

The formation process the National Renewal Alliance (ARENA) and the Brazilian Democratic Movement (MDB) in Rio Grande do Sul (1965-1966)

Alessandro Batistella*

Palavras-chave:
ARENA
MDB
Rio Grande do Sul

Resumo: O presente artigo visa a analisar o processo de formação da ARENA e do MDB no Rio Grande do Sul. Para tais propósitos, primeiramente, pretende-se analisar a crise político-militar de 1965, que resultou na decretação do Ato Institucional nº 2 (AI-2), e o processo de implantação do bipartidarismo. Em um segundo momento, o foco de análise será o processo de organização da ARENA e do MDB no Rio Grande do Sul.

Keywords:
ARENA
MDB
Rio Grande do Sul

Abstract: This article aims to analyze the formation process of ARENA and MDB in Rio Grande do Sul. For these purposes, we firstly aim to analyze the 1965 political-military crisis, which resulted in the enactment of Institutional Act No. 2 (AI-2), and the process of implementation of bipartisanship. In a second moment, the focus of analysis will be the process of organization of the ARENA and of the MDB of Rio Grande do Sul.

Recebido em 20 de setembro de 2022. Aprovado em 21 de março 2023.

Considerações iniciais

Durante o período de vigência do pluripartidarismo inaugurado em 1945, o Rio Grande do Sul caracterizou-se politicamente pela polarização entre os trabalhistas, representada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e os antitrabalhistas, com o Partido Social Democrático (PSD) se consolidando como o principal partido antitrabalista no estado, uma vez que a União Democrática Nacional (UDN) foi um partido sem grande expressão no território sul-rio-grandense¹. Portanto, ao contrário do que ocorria em nível nacional – caracterizado pelas alianças políticas e eleitorais entre PTB e PSD –, no Rio Grande do Sul os diretórios estaduais do PTB e do PSD foram ferrenhos adversários políticos.

Desse modo, as eleições para o governo estadual foram polarizadas entre PSD e PTB, que se alternaram no poder: em 1947, Walter Jobim (PSD) derrotou Alberto Pasqualini (PTB); em 1950, Ernesto Dornelles (PTB) derrotou Cylon Rosa (PSD); em 1954, Ildo Meneghetti (PSD) derrotou o senador Alberto Pasqualini (PTB); em 1958, Leonel Brizola derrotou Walter Peracchi Barcelos (PSD); e em 1962, Ildo Meneghetti (PSD) elegeu-se novamente governador por uma grande coalizão antitrabalista denominada Ação Democrática Popular (ADP)², derrotando os trabalhistas Egydio Michaelsen (PTB) e Fernando Ferrari, que concorreu pelo Movimento Trabalhista Renovador (MTR).

Apesar da alternância no poder entre o PTB e o PSD (uma das principais características

* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: alessandrobatistella@yahoo.com.br; batistella@upf.br

da política sul-rio-grandense do período), o PTB se consolidou como a principal força partidária no Rio Grande do Sul. De fato, a força do PTB foi comprovada nas eleições à Câmara dos Deputados e à Assembleia Legislativa, com o partido elegendo sempre (exceto em 1945) o maior número de parlamentares à Câmara dos Deputados e à Assembleia Legislativa.

Para contrapor-se à maioria do PTB na Assembleia Legislativa estadual, o PSD necessitava aliar-se ao PL e à UDN, formando uma coalizão antitrabalhista que, na década de 1950, foi denominada Frente Democrática. Na década de 1960, essa coalizão antitrabalhistas, que recebeu o ingresso do PRP, do PDC e do PSP, formou a Aliança Democrática Popular (ADP), elegendo, em 1962, Ildo Meneghetti governador do Rio Grande do Sul. Ao lado de outros governadores (como Carlos Lacerda, da Guanabara, José de Magalhães Pinto, de Minas Gerais, Adhemar de Barros, de São Paulo, entre outros), Meneghetti participou ativamente da conspiração que resultou no golpe civil-militar de 1964, que depôs João Goulart da presidência da República.

Após o golpe civil-militar de 1964, implantou-se no Brasil uma ditadura militar que buscou legitimar-se por meio de uma fachada jurídica, a partir de uma série de Atos Institucionais e de Atos Complementares³, além de praticamente outorgar a Constituição de 1967, criando um sistema político híbrido: não foram extintos os poderes Legislativo e Judiciário, embora seus poderes e sua autonomia tenham sido restringidos consideravelmente; mantiveram-se abertos, embora periféricamente, alguns canais de participação política aos civis, ao mesmo tempo em que se edificou um sistema político extremamente fechado no tocante às decisões essenciais – que ficaram restritas aos militares; não foram eliminadas as eleições parlamentares, mas instituíram-se as eleições indiretas para presidente da República e governadores estaduais (KINZO, 1988).

No que tange ao sistema político-partidário no Brasil, a ditadura militar inicialmente não fechou os partidos políticos em vigência no país desde 1945, embora tenha expurgado seus elementos

considerados “subversivos e corruptos”. Porém, em outubro de 1965, com o Ato Institucional nº 2 (AI-2), a ditadura extinguiu os partidos políticos existentes e o próprio sistema pluripartidário em vigência desde 1945, dando início ao bipartidarismo, uma vez que o objetivo do regime era criar um forte partido de apoio parlamentar ao governo e um fraco partido oposicionista. Desse modo, foram gestados a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

No presente artigo, pretendemos analisar o processo de formação da ARENA e do MDB no Rio Grande do Sul. Para tais propósitos, primeiramente pretende-se abordar a crise político-militar de 1965, que resultou na decretação do AI-2 e o processo de implantação do bipartidarismo. Em um segundo momento, o foco será a o processo de organização da ARENA e do MDB no Rio Grande do Sul e, posteriormente, a atuação dos dois partidos nas eleições indiretas e nas eleições parlamentares de 1966 no estado.

A crise política-militar de 1965 e a decretação do AI-2

Após o golpe civil-militar de 1964, que depôs o presidente João Goulart, os primeiros dias de abril foram marcados pelas incertezas e pela disputa pelo poder. O deputado Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados e presidente em exercício, não controlava a situação, pois o general Arthur da Costa e Silva, que se autoproclamou ministro da Guerra, na prática detinha o poder⁴.

No entanto, os governadores que haviam participado da conspiração e do golpe que derrubou Jango (Carlos Lacerda, José de Magalhães Pinto, Adhemar de Barros, Ney Braga, Ildo Meneghetti, Mauro Borges, entre outros), após uma série de reuniões realizadas no início de abril de 1964, no Rio de Janeiro, definiram-se pela não permanência de Ranieri Mazzilli e pela indicação do nome do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco para a presidência da República. Embora contasse com o apoio da maioria dos oficiais no interior do Exército, o nome de Castelo Branco precisaria da aprovação do general Arthur da Costa e Silva,

que se mostrava disposto a aceitar a continuação de Mazzilli como “presidente fantoche”, visto que, assim, na prática, seria o real detentor do poder (CHAGAS, 1985).

Durante as tensas reuniões entre os governadores e o ministro do Exército, realizadas nos dias 4 e 5 de abril de 1964, no Rio de Janeiro, Costa e Silva, inicialmente, insurgiu-se contra o lançamento da candidatura de Castelo Branco; mas, mesmo contrariado, acabou aceitando a candidatura do chefe do Estado-Maior do Exército após uma reunião do Alto Comando Militar. Assim, Castelo Branco chegaria ao poder graças ao prestígio que desfrutava entre setores militares e ao apoio que recebeu de lideranças civis (CHAGAS, 1985).

Posteriormente, o único obstáculo jurídico foi removido pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1)⁵, decretado no dia 9 de abril de 1964, que, além de dar início à série de cassações parlamentares, estabeleceu a eleição do novo presidente da República por votação indireta do Congresso Nacional removendo a inelegibilidade para esse pleito: Castelo Branco era inelegível, pois era chefe do Estado-Maior do Exército e a Constituição exigia três meses de desincompatibilização antes das eleições (CHAGAS, 1985).

Desse modo, no dia 11 de abril, Castelo Branco foi eleito pelo Congresso como o novo presidente da República, recebendo 361 votos, com 72 abstenções e 37 ausências. No mesmo dia, o deputado federal José Maria Alkmin, do PSD/MG, foi eleito vice-presidente. Castelo Branco foi empossado no dia 15 de abril de 1964 e seu mandato iria até 31 de janeiro de 1966 – concluindo, assim, o mandato de João Goulart⁶.

Contudo, durante os primeiros meses do governo Castelo Branco, percebeu-se a existência de divisões e de disputas internas dentro das Forças Armadas entre os “castelistas”, denominados de “Sorbonne militar” (grupo que aglutinava nomes como os generais Golbery do Couto e Silva, Ernesto Geisel, Orlando Geisel e demais militares vinculados às ideias e diretrizes da Escola Superior de Guerra (ESG)⁷), e os seus opositores, denominados de “linha dura”.

De acordo com Maud Chirio (2012, p. 50), a categoria “linha dura” surgiu do vocabulário dos próprios atores e não tinha, no princípio, o sentido de grupo ou facção para os oficiais que a reivindicavam, mas sim de certa interpretação da “revolução”, de um “estado de espírito”, cuja linha política tinha contornos imprecisos. Portanto, inicialmente a “linha dura” não passava de uma maneira de exprimir certa oposição ao governo Castelo Branco. Contudo, foram os jornalistas e analistas políticos que, na mesma época, transformaram em grupo – dotados de chefes, representantes e certa coesão interna – o que não passava de uma expressão de identificação. Os militares somente se apropriaram dessa categoria mais tarde, como um instrumento de luta política, para delimitar as fronteiras dos seus adversários.

Conforme Chiriu (2012, p. 50), os anos de 1964 e 1965 são considerados o período de incubação da “linha dura”, que funcionaria como um forte grupo de pressão. Trata-se de um grupo heterogêneo que emitia um discurso de extrema-direita e nacionalista; defendia a proposta de um expurgo radical “sem consideração pelos procedimentos adotados nem pela conformidade com a lei” (CHIRIU, 2012, p. 50-51). Nesse sentido, após o golpe, os oficiais da “linha dura” foram os principais defensores da violência de Estado e da repressão política.

Em suma, a “linha dura” reivindicava meios e modos para a tarefa da punição, criticando “a tibieza de Castelo Branco nos tratos dos corruptos e subversivos” (MARTINS FILHO, 1995, p. 57), opondo-se ao que consideravam uma linha branda e legalista seguida pelo marechal-presidente. Inclusive, a “linha dura” pressionou Castelo Branco para que o prazo das cassações fosse prorrogado – o prazo de vigência do AI-1 era até 15 de junho de 1964. Ademais, os militares da “linha dura” também defendiam um conjunto de medidas economicamente nacionalistas e se posicionavam contrários à política econômica⁸ adotada pelo governo Castelo Branco, considerada entreguista (CHIRIO, 2012, p. 51).

Embora seja considerado um liberal e moderado por alguns jornalistas e historiadores⁹,

não se pode negligenciar o caráter autoritário, violento e repressivo do governo do marechal-presidente Castelo Branco, caracterizado pela construção da ordem jurídico-institucional autoritária. De fato, durante o seu governo foram decretados quatro Atos Institucionais, uma Lei de Imprensa restritiva, fechou o Congresso por 32 dias e outorgou a Constituição de 1967 (NAPOLITANO, 2014). Além disso, ajudou a redigir e assinou a Lei de Segurança Nacional – que instituiu a noção de “guerra interna” – e foi conivente com a tortura, que já era praticada nos primeiros momentos após o golpe (FICO, 2004, p. 33).

O Ato Institucional nº 2, que determinou as eleições indiretas para a presidência da República e o fim do sistema pluripartidário em vigência desde 1945 resultou de uma grave crise político-militar que eclodiu em outubro de 1965, após as eleições diretas para os governos de 11 estados da Federação. Em dois importantes estados, Minas Gerais e Guanabara, os governadores Magalhães Pinto e Carlos Lacerda não conseguiram eleger os seus sucessores e passaram a insuflar os militares da “linha dura”, visando a impedir que os governadores eleitos – Israel Pinheiro da Silva, em Minas Gerais, e Francisco Negrão de Lima, na Guanabara – tomassem posse¹⁰ No entanto, Castelo Branco insistiu em garantir a posse dos eleitos (FICO, 2014). Assim,

Na noite de 5 de outubro, na Vila Militar no Rio de Janeiro, um movimento para retirar Castelo Branco da presidência começou a ser organizado sob o comando do General Albuquerque Lima, juntamente com coronéis da linha dura. Somente a intervenção do Ministro da Guerra, General Costa e Silva, impediu o êxito da rebelião militar. Dialogando com os rebeldes, ele conseguiu um acordo, garantindo “revigorar a Revolução”. (KINZO, 1988, p. 24).

A atuação de Costa e Silva durante a crise político-militar o fortaleceu politicamente no processo sucessório à presidência da República. Superada a ameaça de rebelião militar, as principais reivindicações da “linha dura” eram:

a) impedimento da posse de Negrão de Lima e Israel Pinheiro; b) punição aos políticos cassados que insistissem em se manifestar publicamente (sobretudo Juscelino Kubitschek); c) retomada das cassações de parlamentares; d) jurisdição militar para os indiciados em IPMs; e) medidas restritivas da autonomia do Judiciário; f) eleições indiretas em 1966 (MARTINS FILHO, 1995, p. 65).

Para tentar acalmar os ânimos da “linha dura”, Castelo Branco tentou aprovar no Congresso uma série de medidas restritivas, que, na prática, fechariam ainda mais o regime¹¹; no entanto, tais medidas encontraram forte resistência no Congresso (KINZO, 1988). Prevendo a sua primeira derrota no Congresso, as medidas solicitadas por Castelo Branco não foram submetidas à votação, uma vez que o presidente decretou, no dia 27 de outubro de 1965, o Ato Institucional nº 2 (AI-2):

[...] Este novo ato institucional, além de implementar medidas que provavelmente seriam rejeitadas pelo Legislativo, outorgava ao presidente o poder de suspender o Congresso, governar por decreto, decretar estado de sítio, dispensar funcionários públicos, cassar mandatos e suspender direitos políticos, e aumentava significativamente o controle do Executivo sobre os gastos do governo. O novo ato também facilitava a aprovação de emendas constitucionais, tornava indireta a eleição para a Presidência da República e, finalmente, extinguiu os partidos políticos existentes. (KINZO, 1988, p. 27).

Conforme observa Marcos Napolitano (2014, p. 78-79), o AI-2 pode ser visto como a passagem para um regime ditatorial e autoritário mais estruturado:

[...] Basicamente, reforçava os poderes do presidente da República em matérias constitucionais, legislativas e orçamentárias. O ato ainda reforçava a abrangência e a competência da Justiça Militar na punição dos crimes considerados lesivos à segurança nacional. O presidente da República ainda poderia decretar Estado de Sítio por 180 dias, fechar o Congresso

Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores, intervir em estados, cassar deputados e suspender os direitos de cidadãos por dez anos. Na prática, tratava-se de uma reforma constitucional imposta pelo Executivo federal. Se o golpe foi o batismo de fogo da ditadura, o AI-2 é a sua certidão de nascimento definitiva.

Alguns historiadores consideram o AI-2 uma vitória da “linha dura”. No entanto, para João Roberto Martins Filho (1995, p. 72), o Ato foi um redirecionamento e não uma derrota frontal do projeto castelista de “institucionalizar a revolução”. Conforme o autor (1995, p. 66-67):

[...] diante da inevitabilidade de novo ato institucional, os castelistas mostraram-se capazes de incluir [...] uma série de medidas que vinham considerando há bastante tempo. Com efeito, reforma partidária, modificações no Judiciário, eleições indiretas, restrições às atividades dos cassados não podem ser vistas como medidas estranhas à via da “institucionalização” que vinha sendo discutida em certos círculos do governo.

Por fim, ao conseguir manter a posse dos governadores eleitos e ao evitar um novo expurgo de parlamentares, ou mesmo o fechamento do Congresso, o grupo castelista mostrou razoável capacidade de resistência às pressões da caserna.

A partir da crise político-militar de outubro de 1965 e da decretação do AI-2, que determinou eleições indiretas à presidência da República, Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Adhemar de Barros e outros importantes protagonistas civis e militares do golpe de 1964 romperam com Castelo Branco.

Ademais, convém salientar que o AI-2 também implantou uma reforma partidária, extinguindo o sistema pluripartidário. Embora o governo Castelo Branco não tenha perdido nenhuma batalha no Congresso (tarefa facilitada com a “Operação Limpeza”) e contasse com o apoio da UDN, de partidos menores, de considerável parte do PSD e de uma fração do PTB¹², o regime acreditava que não contava com uma base sólida

e estável no Congresso. Além disso, as vitórias de Negrão de Lima e Israel Pinheiro alertaram o regime para a conhecida força política da aliança entre PSD e PTB.

A tentativa do regime de trabalhar com os partidos políticos do antigo regime não conseguira assegurar uma base sólida e estável para o governo no Congresso, pois a principal força política de apoio à “revolução” – a UDN – não era suficientemente numerosa para prover sozinha aquela base. Ademais, os problemas que haviam surgido com a candidatura presidencial de Carlos Lacerda, que passou a se opor abertamente a Castelo Branco, tornara indispensável a extinção mesmo daquele partido que havia fornecido o maior respaldo civil ao movimento de 1964. (KINZO, 1988, p. 27).

Como a ditadura pretendia implantar um simulacro de democracia, não cairia bem proibir a existência de partidos políticos nem adotar o modelo de partido único (associado às ditaduras monopartidárias). Assim, a alternativa adotada foi a criação de um novo sistema partidário, com dois ou, no máximo, três partidos políticos. No entanto, as exigências legais, na prática, possibilitavam a criação de apenas dois partidos, dando origem a um sistema bipartidário, que durou até o final de 1979. Se, por um lado, interessava à ditadura criar um forte partido de apoio ao regime, que lhe garantisse uma base parlamentar sólida, por outro, também era interessante permitir a criação de um pequeno, fraco, dócil e “bem comportado” partido oposicionista. Desse modo, foram organizados o partido governista, denominado de Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e o partido oposicionista, denominado Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Portanto, o bipartidarismo foi um sistema artificial resultante do autoritarismo da ditadura militar, no qual a ARENA, com servilismo, referendava as decisões dos generais-presidentes, enquanto o MDB deveria desempenhar uma inócua oposição. Nesse teatro, quem não cumprisse o papel que lhe foi originalmente destinado a desempenhar era enquadrado pela ditadura, que se utilizou dos

Atos Institucionais para cassar parlamentares, sobretudo do MDB.

O processo de implantação do bipartidarismo

Após a extinção do sistema pluripartidário pelo AI-2, em 20 de novembro de 1965 foi decretado o Ato Complementar 4 (AC-4), que estabeleceu as normas para a criação dos novos grupos políticos. De acordo com o AC-4, os novos partidos deveriam contar com o apoio de, no mínimo 120 deputados federais e 20 senadores, o que teoricamente possibilitava a organização de, no máximo, três partidos. Contudo, na prática o ato praticamente instituiu o bipartidarismo, indo ao encontro dos objetivos do governo, a quem interessava criar um forte partido de apoio ao regime, que lhe garantisse uma base parlamentar sólida. Por outro lado, também era interessante permitir a criação de um pequeno, fraco, dócil e “bem comportado” – isto é, mais propenso a colaborar – partido oposicionista, dando, assim, um verniz de democracia ao regime.

Em 20 de novembro de 1965, quando o AC-4 foi decretado, o nome do partido que aglutinaria todos os parlamentares alinhados com o governo e com a “revolução” já estava praticamente definido: Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Contudo, organizar o grande partido governista revelou-se uma difícil tarefa, uma vez que era necessário aglutinar em uma mesma organização partidária grupos heterogêneos de diferentes tendências políticas, oriundos dos extintos partidos, cujos interesses e rivalidades, sobretudo em nível estadual e local, eram difíceis de conciliar.

Assim, diante das dificuldades apresentadas, criou-se o sistema das sublegendas, que constituía em um mecanismo que comportava a formação de grupos adversários dentro de um mesmo partido para concorrer às eleições majoritárias, isto é, cada partido poderia apresentar até três candidatos – sublegenda 1, sublegenda 2 e sublegenda 3 –, permitindo que as lideranças dos antigos partidos pudessem disputar os votos dos eleitores nas eleições para as prefeituras do interior¹³ e para o Senado (GRINBERG, 2009). No sistema

das sublegendas, os votos dados às sublegendas partidárias eram somados e a totalidade dos votos era atribuída ao candidato mais votado do partido.

No final de novembro, o marechal-presidente Castelo Branco designou uma comissão para organizar a ARENA, da qual faziam parte os ministros Juracy Magalhães, Ney Braga, Luís Vianna Filho e Cordeiro de Farias, além de líderes políticos na Câmara e no Senado, dentre eles o senador Daniel Krieger (ex-UDN/RS) e o deputado Pedro Aleixo (ex-UDN/MG). Assim, Lucia Grinberg (2009, p. 67) observa que as articulações para a formação da ARENA tiveram como resultado a redação, em 30 de novembro de 1965, do Documento Constitutivo da Aliança Renovadora Nacional com o objetivo de “apoiar o Governo da Revolução”.

Entre os objetivos da ARENA, encontrase, em primeiro lugar, lutar “por todas as medidas que visem à consolidação dos ideais saneadores e progressistas que inspiraram a Revolução de Março de 1964”. Em segundo lugar, o documento firmava o compromisso de buscar o “aperfeiçoamento da democracia representativa e, conseqüentemente, contra a fraude, a influência do poder econômico nas eleições e os abusos do poder político”. (GRINBERG, 2009, p. 67).

Utilizando-se da estrutura partidária da extinta UDN, a ARENA pretendia incorporar os antigos udenistas e grande parte do antigo PSD, além de políticos, oriundos de outros partidos, alinhados com a “Revolução de 1964”. Em particular, o governo empenhou-se em atrair para a ARENA a maioria dos membros do antigo PSD, partido cuja estrutura – composta de homens e diretórios em todo o país – era um capital político indispensável ao governo (GRINBERG, 2009, p. 64).

No que tange ao partido oposicionista, organizá-lo não seria uma tarefa fácil, uma vez que a oposição encontrava-se fragilizada após as séries de cassações empreendidas pelo AI-1. Assim, os oposicionistas formavam um pequeno e heterogêneo grupo, que reunia desde liberais até comunistas (MOTTA, 2008), incluindo também descontentes com o governo. Além das divergências

político-ideológicas, outro fator que dificultava a criação de um partido oposicionista era o fato que este “[...] não seria muito atraente para aqueles que buscavam pelo menos alguma proximidade com o poder, ou que não queriam correr o risco de ter seu mandato cassado em virtude de algum discurso imprudente” (KINZO, 1988, p. 29).

Inicialmente denominado de Ação Democrática Brasileira, Rodrigo Patto Sá Motta (2008) ressalta que foi somente a contragosto que os grupos oposicionistas e descontentes se conformaram com a necessidade de conviverem em uma mesma organização, denominada de Movimento Democrático Brasileiro (MDB)¹⁴.

Contudo, ARENA e MDB, durante o final de 1965 e início de 1966, procuraram organizar-se a partir da filiação dos deputados federais e senadores, conforme a exigência do AC-4. Dessa forma, a ARENA contou com a adesão de 257 deputados federais e 44 senadores, enquanto ingressaram no MDB 149 deputados federais e 21 senadores¹⁵.

Em suma, a ARENA deteve 62,8% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 67,7% dos senadores, ao passo que o MDB contava com 36,5% dos deputados federais e 32,3% dos senadores. Desse modo, a ARENA controlava dois terços do Congresso, correspondendo aos objetivos do governo.

Quadro 1 – Filiação à ARENA e ao MDB na Câmara dos Deputados (1965-1966).

Partidos Extintos	ARENA	MDB	Não Filiados	Total
Partido Social Democrático (PSD)	78	43	-----	121
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	38	78	-----	116
União Democrática Nacional (UDN)	86	9	1	96
Partido Social Progressista (PSP)	18	2	1	21
Partido Democrata Cristão (PDC)	13	6	-----	19
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	8	4	-----	12
Partido de Representação Popular (PRP)	5	-----	-----	5
Partido Republicano (PR)	4	-----	-----	4
Partido Republicano Trabalhista (PRT)	2	2	-----	4
Partido Libertador (PL)	3	-----	1	4
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	-----	3	-----	3
Partido Social Trabalhista (PST)	2	-----	-----	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	-----	2	-----	2
Total	257 (62,8%)	149 (36,5%)	3 (0,7%)	409 (100%)

Fonte: Adaptado de Kinzo (1988, p. 32, 34-35).

Quadro 2 – Filiação à ARENA e ao MDB no Senado (1965-1966).

Partidos Extintos	ARENA	MDB	Total
Partido Social Democrático (PSD)	17	5	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	5	10	15
União Democrática Nacional (UDN)	14	1	15
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	3	2	5
Partido Social Trabalhista (PST)	1	2	3
Partido Libertador (PL)	2	-----	2
Partido Democrata Cristão (PDC)	1	-----	1
Partido de Representação Popular (PRP)	1	-----	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	-----	1	1
Total	44 (67,7%)	21 (32,3%)	65¹⁶ (100%)

Fonte: Adaptado de Kinzo (1988, p. 32, 34-35).

Na Câmara dos Deputados observa-se que os 89,6% dos deputados udenistas e 64,5% da bancada pessedista ingressaram na ARENA, totalizando 164 deputados. Portanto, 63,8% da bancada arenistas era oriunda da UDN (33,5%) e do PSD (30,3%). Também convém lembrar que 14,8% da bancada arenista era constituída por expetebistas, uma vez que 32,7% (quase um terço) dos deputados do PTB (os “bigorrilhos” ou adesistas) optaram por filiar-se ao partido do governo. Tal situação também foi semelhante no Senado, uma vez que 70,5% da bancada arenista era constituída por udenistas (31,8%) e pessedistas (38,7%). E mais, também se observa que cinco senadores petebistas (o que corresponde a 33,3%, ou 1/3) alinharam-se à ARENA.

Por sua vez, o MDB na Câmara dos Deputados contou com o ingresso de 67,3% dos deputados petebistas e 35,5% dos deputados pessedistas, além de 9,4% da bancada udenista e 31,6% da bancada pedecista. Assim, 52,4% da bancada do MDB era oriunda do PTB, 28,8% do PSD, 6% da UDN, 4% do PDC e 8,8% dos outros partidos. Já no Senado, 47,6% dos senadores medebistas eram oriundos do PTB e 23,8% do PSD.

Como pode se perceber pelos dados, os partidos tiveram núcleos formadores bastante diferentes. A base principal da ARENA foi constituída por elementos provenientes da UDN, partido de

onde saíram os maiores líderes da luta contra os governos reformistas do período anterior. Os udenistas tiveram participação destacada na preparação do movimento de 1964 e, portanto, é natural que fossem os principais articuladores do partido fiel aos governos militares. Os outros parlamentares da ARENA tinham origem diversa: muitos vieram do PSD e havia até egressos do PTB, mas eram os ex-udenistas os mais numerosos e os mais influentes.

Quanto ao MDB, seu núcleo foi formado por deputados vindos do PTB, principal organização do bloco reformista nos anos 1950 e 1960. Evidentemente, os políticos radicais do PTB, em sua maioria, haviam sido cassados após 1964 e não estavam mais no Congresso para insuflar o ânimo da bancada opositorista. Mesmo assim, sobraram uns poucos petebistas ideológicos que, aliados a figuras do antigo PSD fiéis aos ideais democráticos, constituíram a base da liderança do MDB. (MOTTA 2008, p. 99).

De acordo com David Fleischer (1981, p. 186):

[...] Numericamente, a UDN foi o maior bloco dentro da ARENA, e veio a ter um papel desproporcional na política e nos governos (federal e estadual) após 1964 – fato este que

levou o então deputado Tancredo Neves a caracterizar a “Revolução” como a “ditadura da UDN”. Em 1966, a UDN chegou a comandar as bancadas da ARENA somente nos estados de Alagoas, Sergipe e Guanabara, e nos outros estados viu-se forçada a compartilhar a liderança, ora com o PSD (Minas Gerais, Santa Catarina e Piauí), ora com o PSD e PTB (Bahia, São Paulo, Pernambuco, Ceará e Pará). O PSD se dividiu um pouco mais equitativamente: 64,5% foram para a ARENA e 35,5% para o MDB. Estes mais em função das lealdades a Juscelino Kubitschek e por questões regionais. Em certos estados o PSD se tornou o “carro chefe” da ARENA, como no Rio Grande do Sul e Maranhão; em outros, ele dividiu a ARENA com a UDN.

[...] Quase 70% dos petebistas foram para o MDB. [...] O PTB comandava a liderança do MDB do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Guanabara e Amazonas; e dividia o comando partidário com o PSD em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. [...].

Portanto, embora a UDN tenha constituído o maior bloco dentro da ARENA e o PTB o maior bloco dentro do MDB, deve-se ressaltar a importância que os ex-pessedistas tiveram dentro dos dois partidos. De toda forma, em virtude do modo pelo qual foi estabelecido o bipartidarismo, tanto a ARENA quanto o MDB foram caracterizados pela confluência das mais variadas tendências que, por razões de sobrevivência política, eram obrigadas a conviver dentro de um mesmo partido (KINZO, 1988).

Durante o período de novembro de 1965 a março de 1966, ambos os partidos procuraram organizar os seus Diretórios Nacionais e Estaduais, além das Comissões Executivas e dos programas e estatutos partidários. Em 24 de março de 1966, ARENA e MDB foram legalmente reconhecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Entretanto,

[...] Seus nomes não continham o termo partido provavelmente devido à determinação do AC-4 que aludia à formação de “organizações provisórias” para concorrer às eleições legislativas

de 1966. Este arranjo permitiria ao governo testar a viabilidade da nova estrutura e, acima de tudo, testar a capacidade da ARENA de proporcionar o respaldo eleitoral e parlamentar necessário. Se o resultado das eleições de 1966 favorecesse o governo – como de fato ocorreu – o sistema bipartidário obteria credenciais plenas pelo tempo que conviesse ao regime mantê-lo. (KINZO, 1988, p. 30).

O MDB foi oficialmente instalado no dia 30 de março de 1966, enquanto a ARENA foi oficialmente instalada no dia seguinte, 31 de março, no aniversário de dois anos da “Revolução de 1964”. Acerca da estrutura organizativa da ARENA, Lucia Grinberg (2009, p. 69) observa que:

A Arena era dirigida por uma Comissão Diretora Nacional e, em cada estado ou território, por Comissões Diretoras Regionais, cujos membros poderiam ser parlamentares ou não. Entre as atribuições das Comissões Diretoras Regionais, encontrava-se a de “convocar convenções regionais para a escolha de candidatos a governador e vice-governador do estado” e de “escolher candidatos a senador, deputados federais e estaduais”. Nos municípios, havia Comissões Diretoras Municipais, às quais também se atribuiu a competência de escolher os candidatos a prefeito, vice-prefeito, vereadores e juiz de paz. Das convenções nacionais participavam os senadores, os deputados federais e três representantes de cada uma das Comissões Diretoras Regionais.

O primeiro Diretório Nacional da ARENA reuniu 56 políticos¹⁷, representando as 22 unidades da Federação e os três Territórios Federais (Amapá, Rondônia e Roraima). O primeiro presidente da Comissão Executiva Nacional da ARENA foi o senador Daniel Krieger (ex-UDN/RS)¹⁸.

Por sua vez, o MDB procurou organizar o seu Diretório Nacional provisório integrando todos os parlamentares que assinaram o manifesto de fundação do partido. A partir do Diretório Nacional formou-se a primeira Comissão Executiva Nacional, cujos membros assumiram as funções de

organização e decisão das atividades do partido (KINZO, 1988).

Sobre a primeira Executiva Nacional do MDB¹⁹, Maria Kinzo (1988) faz duas importantes observações. Primeiro, o fato do primeiro presidente, o senador Oscar Passos (ex-PTB/AC), ser um militar – um general da reserva – influenciou na sua escolha²⁰. Segundo, o fato de a Executiva do partido não possuir nenhum parlamentar ex-petebista do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e da Guanabara, embora quase a metade dos ex-petebistas filiados ao MDB fosse oriunda destes estados, o que foi na época interpretado como uma estratégia para dissociar o novo partido de oposição do grupo de parlamentares trabalhistas identificados com João Goulart e Leonel Brizola.

Acerca do programa do MDB, Rodrigo Patto Sá Motta (2008, p. 99-100) faz a seguinte observação:

O programa do partido das oposições revelava também discrepâncias com as posturas governistas, ao mesmo tempo em que trazia a marca das propostas reformistas. O eixo da pregação emedebista girava em torno de três questões. Em primeiro lugar vinha o único ponto consensual, responsável pela união efetiva dos parlamentares oposicionistas em torno do MDB: a defesa do Estado de direito, ou seja, o retorno da democracia.

Os pontos restantes do programa não eram partilhados por todos, diziam mais respeito à ala esquerda. De um lado o compromisso nacionalista, ligado à pregação em favor de proteção para a economia nacional contra a entrada de investimentos estrangeiros. E é bom lembrar que os governos pós-1964 acirraram os ânimos nacionalistas, pois acentuaram e patrocinaram a entrada de capitais estrangeiros. De outro havia a defesa por parte do MDB de medidas de proteção social, embora de maneira vaga e imprecisa. Na verdade, sua sensibilidade para a questão social se exercia com mais frequência na denúncia da perda de direitos sociais, provocada pelas ações governamentais (o fim da estabilidade no emprego, por exemplo).

Portanto, a defesa do retorno da democracia foi o único ponto consensual entre os oposicionistas que ingressaram no MDB, tornando-se a principal bandeira defendida pelo partido durante toda a sua existência, desde a sua gênese, como fica evidenciado no *Manifesto da Oposição*, aprovado na primeira reunião do Diretório Nacional e do Comitê Executivo do MDB, e lido pelo deputado Vieira de Melo, primeiro líder do MDB na Câmara dos Deputados, no dia 10 de fevereiro de 1966, conforme observou Maria Kinzo (1988, p. 30). Segundo a pesquisadora,

[...] Dirigido ao povo brasileiro, o texto definia como meta do partido a luta pelo restabelecimento do sistema democrático-representativo com eleições diretas em todos os níveis e autonomia legislativa e judiciária, e criticava as práticas antidemocráticas do governo, sua política econômico-financeira, além de convocar todos os setores da sociedade brasileira para que “identificados conosco nos mesmos sentimentos, proclamem sua inconformidade com a violência, o arbítrio e a subversão da ordem democrática, certos todos de que, sem esta, jamais teremos paz, desenvolvimento e progresso”. (KINZO, 1988, p. 30).

Convém lembrar que *O Manifesto da Oposição* foi produzido logo após a decretação do AI-3, de 5 de fevereiro de 1966, que estabeleceu eleições indiretas para governadores e a nomeação para as prefeituras das capitais, complementando, assim, a obra iniciada com o AI-2.

A organização da ARENA e do MDB no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, a polarização PTB/anti-PTB – que marcou o período pluripartidário de 1945 a 1965 no estado – permitiu que as novas siglas se acomodassem com menos artificialismo que nos outros estados (NOLL; TRINDADE, 2004). Desse modo, os grupos antitrabalhistas – que haviam formado a Ação Democrática Popular (PSD/PL/UDN/PRP/PDC/PSP) nas eleições de

1962 – ingressaram na ARENA, enquanto o MDB foi organizado pelos trabalhistas (PTB e MTR) e pelos integrantes da Aliança Republicana Socialista (ARS)²¹. Entretanto, as únicas exceções foram o deputado federal Raul Pilla (ex-PL), que não se

vinculou a nenhum partido e se retirou da política ao final do seu mandato, e o deputado estadual Heitor Silveira Campos (ex-MTR), cuja adesão à ARENA garantiu ao partido governista a maioria dos deputados na Assembleia Legislativa.

Quadro 3 – Alinhamento dos parlamentares sul-rio-grandenses à ARENA e ao MDB (1965-1966).

	Senado	Câmara Federal	Assembleia Legislativa
ARENA	3	13	28
MDB	-----	15	27
Não Filiados	-----	1	-----
Total	3	29	55

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RS).

Quadro 4 – Filiação à ARENA e ao MDB dos deputados federais sul-rio-grandenses (1965-1966).

Partidos Extintos	ARENA	MDB	Não Filiados	Total
PTB	-----	14	-----	14
PSD	7	-----	-----	7
PL	2	-----	1	3
PDC	2	-----	-----	2
UDN	1	-----	-----	1
PRP	1	-----	-----	1
MTR	-----	1	-----	1
Total	13	15	1	29

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RS).

Quadro 5 – Filiação à ARENA e ao MDB dos deputados estaduais sul-rio-grandenses (1965-1966).

Partidos Extintos	ARENA	MDB	Total
PTB	-----	23	23
PSD	11	-----	11
PL	6 ²²	-----	6
PDC	4	-----	4
UDN	3	-----	3
PRP	3	-----	3
MTR	1	3	4
ARS	-----	1	1
Total	28	27	55

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RS).

Em suma, conforme Leônidas Xausa e Francisco Ferraz (1981, p. 186), no Rio Grande do Sul a ARENA e o MDB foram desagudouros

naturais de grupos anteriormente consolidados, conforme demonstra a constituição dos primeiros diretórios estaduais dos dois partidos.

Quadro 6 – Origem partidária dos membros dos primeiros diretórios do MDB e da ARENA do Rio Grande do Sul (1966).

MDB		ARENA	
Partido de origem	Número de membros	Partido de origem	Número de membros
PTB	70 membros	PSD	24 membros
MTR	18 membros	PL	14 membros
PSD	10 membros	UDN	10 membros
PDC	3 membros	PDC	10 membros
		PRP	9 membros
		PSP	5 membros
		MTR	1 membro
Total	101 membros	Total	73 membros

Fonte: Xausa e Ferraz (1981, p. 186).

Constituído por trabalhistas (PTB e MTR), o primeiro diretório do MDB também contou com a adesão de dissidentes do PSD e do PDC. De acordo com Leônidas Xausa e Francisco Ferraz (1981), os dissidentes do PSD correspondem ao minoritário grupo juscelinista divergente da orientação oficial do PSD do Rio Grande do Sul, enquanto os dissidentes do PDC correspondem ao grupo minoritário alinhado com a orientação, em nível nacional, do deputado federal André Franco Montoro (PDC/SP).

Portanto, tendo em vista a predominância dos trabalhistas, o MDB do Rio Grande do Sul pode ser interpretado como a continuação do antigo PTB, sobretudo se observarmos que a sua primeira Comissão Executiva estadual foi composta principalmente por ex-petebistas, como o deputado estadual Siegfried Emanuel Heuser, último presidente do PTB do Rio Grande do Sul e primeiro presidente do MDB sul-rio-grandense²³ (RODRIGUES, 2018).

Por sua vez, o primeiro diretório da ARENA do Rio Grande do Sul foi composto por membros oriundos da Ação Democrática Popular (PSD/PL/UDN/PRP/PDC/PSP) e de um membro oriundo do

MTR. Contudo, no Rio Grande do Sul, em virtude da fragilidade da UDN, foi o PSD – principal partido anti-trabalhista no estado – que formou o “núcleo duro” da ARENA sul-rio-grandense, com os ex-pessedistas constituindo o grupo majoritário dentro do partido, cujo primeiro presidente foi o deputado estadual Francisco Solano Borges (ex-PL).

No entanto, o domínio dos ex-pessedistas na ARENA sul-rio-grandense iria catalisar a dissidência de alguns deputados oriundos do PL e do PDC, que se insurgiram contra as candidaturas dos ex-pessedistas Walter Peracchi Barcelos e Tarso Dutra à eleição indireta ao governo estadual e apoiaram a candidatura do jurista e professor Rui Cirne Lima, conforme abordaremos a seguir.

As eleições indiretas e as eleições parlamentares de 1966 no Rio Grande do Sul

A partir do final de 1965, o tema da sucessão presidencial acentuou-se. O general Arthur da Costa e Silva, que ambicionava a presidência desde o golpe que derrubou João Goulart e articulava a sua candidatura por meio do Ministério da Guerra,

fortaleceu-se politicamente após a sua atuação na crise político-militar de outubro de 1965, uma vez que obteve êxito em se apresentar como candidato da unidade militar.

Apoiado por uma frente heterogênea de militares insatisfeitos com o governo Castelo Branco – que incluía a “linha dura”, oficiais costistas²⁴ e vários setores militares contrariados –, no início de 1966, a candidatura de Costa e Silva despontava como irreversível (MARTINS FILHO, 1995). Entretanto, o nome de Costa e Silva contrariava as perspectivas do grupo castelista para a sucessão presidencial. Para Castelo Branco e seus companheiros da “Sorbonne militar”,

[...] Costa e Silva era incapaz de compreender a profunda reorganização política que a Revolução começara. Os ministros Campos e Bulhões recebiam que ele abandonasse sua política econômica por um nacionalismo impensado ou por uma “prematura” redistribuição de renda. (SKIDMORE, 1988, p. 110).

Contudo, a candidatura de Costa e Silva estava praticamente solidificada na área militar, uma vez que o ministro da Guerra era visto como a única solução capaz de manter a unidade das Forças Armadas. Nada podendo fazer contra isso, Castelo Branco propôs que o único canal legítimo para o encaminhando das candidaturas deveria ser via ARENA (MARTINS FILHO, 1995). Nesse sentido, entre o final de março e o início de abril de 1966, Castelo Branco articulou uma última cartada: após se reunir com seus aliados militares e civis, decidiu que a ARENA deveria realizar uma consulta nos seus diretórios regionais para indicar os seus candidatos em uma lista (definida no dia 14 de abril) composta por Costa e Silva, Ney Braga, Bilac Pinto, Adhemar de Queiroz, Etelvino Lins e Osvaldo Cordeiro de Farias (que posteriormente pediu para o seu nome ser retirado das consultas). Na referida lista não aceitaram ser incluídos Juracy Magalhães, Jurandir Mamede e Daniel Krieger (CHAGAS, 1985).

No entanto, a candidatura de Costa e Silva era irreversível e as consultas aos diretórios

estaduais da ARENA tinham um final previsível. Obrigado a aceitar a candidatura de Costa e Silva, o marechal-presidente Castelo Branco, no início de maio, indicou Pedro Aleixo (deputado federal, ex-UDN/MG e ministro da Educação) para a vice-presidência. Costa e Silva a aceitou sem maiores ponderações (CHAGAS, 1985). Posteriormente, a convenção nacional da ARENA, realizada no dia 26 de maio de 1966 em Brasília, homologou as candidaturas de Costa e Silva e Pedro Aleixo.

Além da eleição indireta à presidência da República (prevista para outubro), em 1966 também ocorreriam eleições indiretas para governadores de 12 estados, onde a vitória dos candidatos governistas era certa, exceto no Rio Grande do Sul, onde o MDB e um grupo de deputados dissidentes arenistas lançaram a candidatura do jurista e professor Rui Cirne Lima ao governo estadual.

Embora não fosse vinculado a nenhum partido político, Rui Cirne Lima havia sido secretário da Fazenda por seis meses, em 1964, do governo Meneghetti, e o seu nome foi lançado pelos dissidentes arenistas – o deputado federal Carlos de Brito Velho (ex-PL) e os deputados estaduais Paulo Brossard de Souza Pinto (ex-PL), Honório Pereira Severo (ex-PL), Dario Beltrão (ex-PL) e José Sperb Senseverino (ex-PDC) – como oposição ao domínio pessedista na ARENA sul-rio-grandense, que se inclinava a escolher entre os deputados federais Walter Peracchi Barcelos (então ministro do Trabalho do governo Castelo Branco) e Paulo de Tarso de Moraes Dutra, ambos ex-PSD. No entanto, os deputados estaduais dissidentes arenistas recusavam-se a apoiar qualquer um dos dois ex-pessedistas (CORTÉS, 2007).

Na convenção da ARENA do Rio Grande do Sul, realizada no início de julho de 1966, por influência do marechal-presidente Castelo Branco, Peracchi Barcelos derrotou Tarso Dutra, obtendo 252 votos contra 236, enquanto Cirne Lima recebeu 15 votos. Dessa forma, o coronel Walter Peracchi Barcelos foi oficializado como candidato da ARENA ao governo estadual (CORTÉS, 2007).

Por sua vez, o MDB do Rio Grande do Sul – ciente de que a ditadura não permitiria que um emedebista assumisse o governo estadual –

procurou tirar vantagem da divisão da ARENA, concedendo o seu apoio oficial a Rui Cirne Lima. Dessa forma, os 27 deputados estaduais emedebistas e os quatro deputados dissidentes da ARENA convidaram Cirne Lima a ser seu candidato em nome da maioria da Assembleia. Após o aceite de Cirne Lima, o MDB oficializou a sua candidatura (CORTÉS, 2007).

No entanto, para evitar a vitória de Cirne Lima, que contava com o apoio de 32 deputados estaduais (27 do MDB e cinco da ARENA²⁵), o marechal-presidente Castelo Branco, para impedir a vitória da oposição, utilizou o AI-2 e cassou os mandatos de sete deputados estaduais do MDB do Rio Grande do Sul²⁶, que teve a sua bancada na Assembleia reduzida para 20 deputados²⁷. Ademais, Castelo Branco também decretou o Ato Complementar 16 (AC-16, de 19 de julho de 1966), implantando a fidelidade partidária – que considerava nulo o voto de todo parlamentar que, nas eleições indiretas, votasse em um candidato de outro partido. Dessa maneira, os cinco votos arenistas ao candidato emedebista Cirne Lima seriam considerados nulos.

Em consequência à medida casuística da ditadura, Cirne Lima, renunciou à sua candidatura e o diretório nacional do MDB, em protesto, decidiu que não participaria das eleições indiretas à presidência da República, recomendando aos diretórios estaduais que também se abstivessem de participar das eleições indiretas aos governos estaduais.

Assim, no dia 3 de setembro de 1966, Walter Peracchi Barcelos foi eleito indiretamente governador do Rio Grande do Sul, recebendo 23 votos. Em protesto, a bancada do MDB e os deputados dissidentes arenistas Paulo Brossard e Honório Pereira Severo não compareceram à sessão – inclusive, os dois desligaram-se da ARENA e ingressaram no MDB. Os outros três deputados dissidentes arenistas (Dario Beltrão, José Senseverino e Nelson Marchezan) votaram em branco (XAUSA; FERRAZ, 1981). Portanto, nas eleições indiretas de setembro de 1966, a ARENA elegeu os governadores dos 12 estados: Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo,

Bahia, Pernambuco, Ceará, Alagoas, Sergipe, Piauí, Amazonas e Acre. No que tange à eleição presidencial indireta, realizada em 3 de outubro de 1966, no Congresso Nacional, Costa e Silva foi eleito com 295 votos. O MDB, que não havia apresentado candidato, não compareceu em sinal de protesto.

Após a eleição presidencial indireta de outubro, o governo Castelo Branco enfrentou uma crise política com o Congresso, após as cassações de seis deputados federais opositores (entre eles Doutel de Andrade) no dia 12 de outubro. No entanto, Adauto Lúcio Cardoso, presidente da Câmara dos Deputados e a quem caberia colocar em prática a decisão do governo, num gesto de rebeldia, determinou que os seis deputados cassados permanecessem no Congresso, inclusive permitindo que quatro deles discursassem e criticassem duramente Castelo Branco na sessão do dia 17 de outubro. Embora fosse próximo do marechal-presidente, Adauto Cardoso não concordou com a atitude de Castelo Branco, que havia lhe assegurado que não ocorreriam mais cassações, defendendo que as cassações deveriam ser votadas em plenário, mediante votação secreta. Tal posição foi apoiada por Auro de Moura Andrade, presidente do Senado. “Esse foi o primeiro episódio no qual se levantaram argumentos sobre a inviolabilidade de mandatos parlamentares, a independência e a autonomia do Legislativo” (GRINBERG, 2009, p. 101).

Em resposta, no dia 20 de outubro, Castelo Branco decretou, por meio do AC-23, o recesso do Congresso até o dia 22 de novembro. Dessa forma, o Congresso permaneceu fechado e ocupado por militares por 32 dias. Posteriormente, no dia 10 de novembro, Castelo Branco cassou os direitos políticos de 18 candidatos a cargos eletivos, entre eles dois deputados federais, que tiveram seus mandatos cassados automaticamente.

E foi nesse clima de crise política (e com o Congresso fechado) que ocorreram as eleições parlamentares, em 15 de novembro. Nesse pleito, a ARENA obteve um excelente resultado eleitoral, ampliando ainda mais o número de cadeiras em relação ao MDB. Para o Senado, a ARENA elegeu 18 senadores contra quatro do MDB. Na Câmara dos

Deputados, a ARENA elegeu 277 (67,7%) deputados contra 132 (32,2%) do MDB²⁸ (KINZO, 1988).

No Rio Grande do Sul, a ARENA homologou as candidaturas do senador Guido Mondin (ex-PRP, que concorria à reeleição) e dos deputados estaduais Sinval Guazzelli (ex-UDN) e Mário Mondino (ex-PDC) ao Senado. Por sua vez, o MDB concorreu com o deputado estadual Siegfried Emanuel Heuser (presidente do diretório estadual).

Nas eleições parlamentares de 1966 no Rio Grande do Sul, a ARENA, por meio da sublegenda,

reelegeu Guido Mondin à senatoria, pois os três candidatos arenistas totalizaram 42,6% dos votos, contra 40,4% de Siegfried Heuser (CÁNEPA, 2005). Por outro lado, o MDB elegeu mais deputados, tanto em nível federal quanto em nível estadual. Portanto, o Rio Grande do Sul foi um dos poucos estados onde o MDB elegeu mais deputados (federais e estaduais), garantindo, assim, a maioria dos parlamentares na Assembleia Legislativa.

Quadro 7 – Composição da bancada sul-rio-grandense na Câmara dos Deputados (1966).

	1966 (Pós-AI-2)	Eleições de 1966
ARENA	13 (44,8%)	14 (48,3%)
MDB	15 (51,7%)	15 (51,7%)
Não Filiados	1 (3,5%)	-----
Total	29 (100%)	29 (100%)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RS).

Quadro 8 – Composição da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1966).

	1966 (Pós-AI-2)	Eleições de 1966
ARENA	28 (50,9%)	27 (49,1%)
MDB	27 (49,1%)	28 (50,9%)
Total	55 (100%)	55 (100%)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RS).

No pleito de 1966, o deputado federal mais votado no Rio Grande do Sul foi o emedebista Floriceno Paixão, seguido do arenista Paulo de Tarso de Moraes Dutra. Por sua vez, a emedebista Terezinha Gisela Irigaray Chaise foi a deputada estadual mais votada no estado, enquanto o emedebista Pedro Jorge Simon foi o segundo mais votado²⁹.

Considerações finais

O bipartidarismo no Rio Grande do Sul caracterizou-se pela continuidade da polarização PTB/anti-PTB, com a ARENA e o MDB caracterizando-se como desaguadouros naturais de grupos anteriormente consolidados. Em outras

palavras, os grupos antitrabalhistas ingressaram na ARENA, enquanto o MDB sul-rio-grandense pode ser interpretado como a continuação do antigo PTB. Dessa forma, em comparação com outros estados, no Rio Grande do Sul o bipartidarismo foi menos artificial.

Ao contrário de outros estados, no Rio Grande do Sul a força do trabalhismo permitiu ao MDB ser, desde a sua gênese, um partido forte. Assim, uma das principais características que marcou o bipartidarismo no estado foi o equilíbrio eleitoral entre MDB e ARENA, inclusive com o MDB obtendo significativos êxitos eleitorais, sobretudo nas eleições parlamentares de 1974 e 1978.

Notas

1 No Rio Grande do Sul, segundo Miguel Bodea (1992, p. 17-18), o processo inicial de organização dos partidos políticos assemelha-se ao ocorrido em nível nacional, com Vargas e o Estado Novo constituindo o marco divisor fundamental. Entre os partidos antigetulistas, a UDN sul-rio-grandense nasceu em torno de lideranças políticas tradicionais que havia se incompatibilizado com Vargas, como Flores da Cunha, Oswaldo Aranha e Borges de Medeiros. No entanto, a UDN foi um partido sem grande expressão política no Rio Grande do Sul, sendo, inclusive, superado eleitoralmente pelo Partido Libertador (PL) no estado. Do lado das forças getulistas, o PSD sul-rio-grandense teve sua origem semelhante ao PSD nacional: organizou-se a partir da interventoria e da máquina governamental, contando com o apoio do interventor Ernesto Dornelles (primo de Getúlio). Por sua vez, o PTB no Rio Grande do Sul surgiu, segundo Miguel Bodea (1992, p. 20-31), da confluência de três vertentes distintas: a corrente sindicalista, a corrente doutrinário-pasqualinista e a corrente pragmático-getulista. Contudo, as acirradas disputas entre PSD e PTB nas eleições de 1947 e 1950 no Rio Grande do Sul catalisaram o rompimento definitivo entre Getúlio Vargas e o diretório do PSD sul-rio-grandense, que passou a adotar uma orientação fortemente antigetulista.

2 Integraram a ADP o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Libertador (PL), a União Democrática Nacional (UDN), o Partido de Representação Popular (PRP), o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Social Progressista (PSP).

3 A ditadura decretou 17 Atos Institucionais, 104 Atos Complementares, 11 decretos-secretos e mais de dois mil decretos-leis, que constituíram a tessitura principal do emaranhado de leis que marcaram a consolidação dos princípios autoritários brasileiros (NAPOLITANO, 2014, p. 80).

4 No dia 2 de abril de 1964, o general Arthur da Costa e Silva automeinou-se comandante do Exército Nacional, por ser o mais antigo general de quatro estrelas, e criou o Comando Supremo da Revolução, composto por três membros: o próprio Costa e Silva (Exército), o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica) e o vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald (Marinha). Em seguida, o general Costa e Silva automeinou-se ministro da Guerra e tornou-se o homem forte do novo regime.

5 Decretado pelo Comando Supremo da Revolução – que na prática governava o país – o AI-1, entre outras coisas, reforçou o Poder Executivo e reduziu o campo de ação do Congresso, estabeleceu a eleição de um novo presidente da República por votação indireta do Congresso Nacional e suspendeu as imunidades parlamentares, dando início à série de cassações de mandatos parlamentares e suspensões dos direitos políticos por dez anos – com o

objetivo de “limpar” o Congresso, cassando os mandatos de parlamentares acusados de subversão ou de corrupção. O AI-1 também permitia ao novo regime aplicar uma série de sanções (como exonerar, demitir, aposentar, transferir para a Reserva, entre outros) a militares, funcionários públicos, juizes, professores, dando início à Operação Limpeza”, que visava a promover o expurgo de civis e militares alinhados com João Goulart e/ou com as bandeiras reformistas e nacionalistas.

6 Posteriormente, Castelo Branco aceitou que a medida que prorrogava o seu mandato presidencial fosse aprovada no Congresso em julho de 1964. Dessa forma, o mandato de Castelo Branco foi prorrogado por 14 meses, isto é, até março de 1967, o que representou o adiamento das eleições diretas à presidência da República previstas para 1965. Embora procurasse construir uma imagem de “legalista”, Castelo Branco rompeu o compromisso assumido em manter as eleições presidenciais de 1965. Tal fato desagradou Carlos Lacerda (favorito para vencer o pleito após a cassação de Juscelino Kubitschek), marcando o início do seu processo de afastamento de Castelo Branco.

7 Criada em 1949 pelos setores do Exército brasileiro que haviam participado, juntamente com as forças norte-americanas, da Segunda Guerra Mundial através da Força Expedicionária Brasileira (FEB), a ESG se tornou astígio do anticomunismo e elaborou um projeto para o Brasil com base no lema *segurança e desenvolvimento*, defendia o livre comércio e uma posição pró-Estados Unidos (BORGES, 2003, KINZO, 1988).

8 Na área econômica, os ministros Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões adotaram uma política ultraliberal, de abertura sem freios da economia brasileira ao capital internacional, inclusive revogando a Lei de Remessas de Lucros para o Exterior. Alinhando-se incondicionalmente aos Estados Unidos, o governo Castelo Branco acreditava que a recuperação da economia do país passaria pelo apoio e pelo dinheiro dos estadunidenses. Internamente, fôçou o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que previa controlar a inflação por meio do controle dos gastos públicos e do arrocho salarial (NAPOLITANO, 2014).

9 A partir da memória construída tanto por liberais civis quanto pelos militares alinhados ao “castelismo”, surgiram as teses da “ditabranda” ou de uma “ditadura envergonhada”, salientando o “caráter reativo e brando do regime entre 1964 e 1968. Os defensores dessa tese afirmam que os quatro primeiros anos do regime (até o AI-5) foram caracterizados pela existência do recurso ao *habeas corpus* e por uma relativa liberdade de imprensa, de expressão e de manifestação. Nessa linha de raciocínio, o regime fechou-se, por meio do AI-5, por sucumbir às pressões da extrema-direita militar (“a linha dura”) e à conjuntura política marcada pelo crescimento da oposição ao governo militar em 1968 (NAPOLITANO, 2014).

10 Embora os candidatos vitoriosos não fossem “elementos perigosos” da oposição – pelo contrário, iriam facilmente adaptar-se e colaborar posteriormente com o governo Castelo Branco – eram vistos pelos militares radicais como pessoas ligadas a Juscelino Kubitschek, o ex-presidente cassado (KINZO, 1988).

11 Entre essas medidas, estavam: a ampliação dos poderes do Executivo, maior controle do governo central sobre os governos estaduais, restrições severas à liberdade de expressão e ação para os cassados, ampliação da jurisdição militar com referência a questões de subversão e de segurança nacional, além da garantia do controle do governo sobre o STF através do aumento do número de juízes, constituíram as principais medidas incluídas na emenda constitucional e no estatuto dos cassados proposta pelo Executivo (KINZO, 1988).

12 Em nível nacional, o PTB, após o golpe, passou a viver um dilema: definir que tipo de relação teria com o governo de Castelo Branco. Nesse sentido, havia dois grupos em embate: os “ortodoxos” (reformistas) – liderados por Doutel de Andrade, líder do PTB na Câmara –, grupo ligado a Jango e que postulava a oposição do partido ao governo militar, denunciando o caráter ditatorial do regime; e os “bigorrilhos” (adesistas, também denominados “dissidência”), que defendiam o apoio a Castelo Branco. Inicialmente, a decisão foi fazer oposição ao governo militar, mas sem o respaldo unânime dos petebistas (D’ARAÚJO, 1996).

13 Em virtude do AI-3 de 5 de fevereiro de 1966, os prefeitos das capitais passaram a ser nomeados pelos governadores.

14 O nome Ação Democrática Brasileira era defendida pelo deputado federal Ulysses Guimarães (do extinto PSD paulista), enquanto o deputado federal Tancredo Neves (do extinto PSD mineiro) defendia o nome Movimento Democrático Brasileiro, que acabou sendo escolhido (KINZO, 1988).

15 Entretanto, o reduzido número de senadores opositor gerou uma situação constrangedora, pois o governo precisou auxiliar na formação do MDB, convencendo um senador a assinar a ficha de inscrição no MDB, possibilitando, assim, o seu registro (MOTTA, 2008,. De acordo com a pesquisa de Maria Kinzo (1988,, trata-se do senador paraibano Rui Carneiro, do extinto PSD, que era amigo íntimo do marechal Castelo Branco e aderiu ao MDB após uma solicitação feita pessoalmente pelo presidente.

16 Na época eram 66 cadeiras no Senado, três para cada uma das 22 unidades da Federação. Porém, havia uma vaga em aberto na senatoria do Ceará em virtude do falecimento, em outubro de 1965, do senador petebista Antônio Jorge de Queiroz Jucá, suplente efetivado com o falecimento, em maio de 1963, do senador Carlos Jereissati (PTB).

17 Representando o Rio Grande do Sul no primeiro Diretório Nacional da ARENA estavam o senador Daniel Krieger (ex-UDN) e os deputados federais Tarso Dutra (ex-PSD) e Euclides Triches (ex-PDC) (GRINBERG, 2009).

18 A primeira Comissão Executiva nacional da ARENA ficou assim constituída: presidente: Daniel Krieger (senador, ex-UDN/RS); vice-presidentes: Filinto Müller (senador, ex-PSD/MT), Teódulo Lins de Albuquerque (deputado federal, ex-PTB/BA) e Wilson Gonçalves (senador, ex-PSD/CE); secretário geral: Rondon Pacheco (deputado federal, ex-UDN/MG); tesoureiro: Antônio Feliciano (deputado federal, ex-PSD/SP); vogais: Raimundo Padilha (deputado federal, ex-UDN/RJ), Paulo Sarazate (deputado federal, ex-UDN/CE), Leopoldo Peres Sobrinho (deputado federal, ex-PSD/AM), Miguel Couto Filho (senador, ex-PSP/RJ) e o coronel Jarbas Passarinho (GRINBERG, 2009).

19 A primeira Comissão Executiva nacional do MDB ficou assim constituída: presidente: Oscar Passos (senador, ex-PTB/AC); primeiro vice-presidente: Oswaldo C. da Costa Lima Filho (deputado federal, ex-PTB/PE); segundo vice-presidente: Ulysses Silveira Guimarães (deputado federal, ex-PSD/SP); terceiro vice-presidente: André Franco Montoro (deputado federal, ex-PDC/SP); secretário geral: José Martins Rodrigues (deputado federal, ex-PSD/CE); tesoureiro: José Ermírio de Moraes (senador, ex-PTB/PE); vogais: Pedro Ludovico Teixeira (senador, ex-PSD/GO), Argemiro de Figueiredo (senador, ex-PTB/PB), Antônio de Barros Carvalho (senador, ex-PTB/PE), Antônio Ferreira de Oliveira Brito (deputado federal, ex-PSD/BA) e Cândida Ivete Vargas Tatsch Martins (deputada federal, ex-PTB/SP) (KINZO, 1988).

20 De acordo com o depoimento de Ulysses Guimarães à Maria Kinzo (1988, p 234), a escolha de Oscar Passos foi “para não parecer que nós tínhamos qualquer prevenção ou discriminação contra os militares”.

21 A Aliança Republicana Socialista (ARS) foi uma coalizão entre os comunistas que concorriam pelo Partido Republicano (PR) e parte do Partido Socialista Brasileiro (PSB) nas eleições de 1962 no Rio Grande do Sul.

22 No segundo semestre de 1966, dois deputados estaduais do antigo PL deixaram a ARENA e ingressaram no MDB: Paulo Brossard de Souza Pinto e Honório Pereira Severo. Nas eleições parlamentares de novembro de 1966, Paulo Brossard foi eleito deputado federal pelo MDB, enquanto Honório Severo não conseguiu a reeleição à Assembleia Legislativa.

23 Márcio Soares Rodrigues (2018, observa que na primeira Comissão Executiva do MDB do Rio Grande do Sul, além de elegerem Siegfried Emanuel Heuser presidente, os ex-petebistas também ocupam os principais cargos, como a primeira vice-presidência

(com Marcírio Goulart Ribeiro), a secretária geral (com o deputado estadual Aldo Fagundes) e a tesouraria (com Valdir Antônio Lopes), enquanto alguns cargos de menor relevância foram ocupados por líderes oriundos de outros partidos, como o caso da segunda e terceira vice-presidência, que foram ocupadas, respectivamente, por Hermes Pereira de Souza (ex-PSD) e Walter Von Muhlen (ex-MTR).

24 Conforme salienta João Roberto Martins Filho (1995, p. 74), é preciso considerar a existência de um grupo “costista”, que se distingue dos “duros” e mantém certas divergências com estes. Assim, o grupo de Costa e Silva deveria ser chamado de “nacionalistas autoritários” e não “linha dura”.

25 Além dos quatro deputados arenistas dissidentes (Paulo Brossard, Honório Severo, Dario Beltrão e José Senseverino), posteriormente o deputado estadual Nelson Marchezan (ex-PDC) também garantiu o seu apoio à candidatura Cirne Lima.

26 Foram cassados os deputados emedebistas Álvaro Petracco da Cunha (ex-PTB), Darcy Von Hoonholtz (ex-ARS), Hélio Ricardo Carneio da Fontoura (ex-PTB), Cândido Norberto dos Santos (ex-MTR), Osmar Lautenschleiger (ex-MTR), Seno Frederico Ludwig (ex-PTB), Wilmar Corrêa Taborda (ex-PTB) e o deputado suplente Clóvis Moraes Rodrigues (ex-ARS).

27 Convém lembrar que, a partir do AI-2, os parlamentares cassados não poderiam mais ser substituídos pelos suplentes.

28 Após o realinhamento partidário, a ARENA contava com 257 (62,8%) deputados contra 149 (36,5%) do MDB. Havia ainda três não alinhados (0,7%), totalizando, assim, 409 deputados na Câmara Federal. Após a eleição de 1966, a ARENA ampliou a sua vantagem em 20 cadeiras, enquanto o MDB perdeu 17.

29 Cf. Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Referências

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. **Partidos e representação política**: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965). Porto Alegre: UFRGS, 2005.

CORTÉS, Carlos E. **Política gaúcha (1930-1964)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. *In*: FERREIRA,

Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano IV – o tempo da ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13-42.

CHAGAS, Carlos. **A guerra das estrelas (1964-1984)**: os bastidores das sucessões presidenciais. 4 ed. Porto Alegre: L&PM, 1985.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

D'ARAUJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma & poder**: o PTB de 1945-1965. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FLEISCHER, David Verge. Dimensões do recrutamento partidário. *In*: FLEISCHER, David Verge. (org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: UnB, 1981. p. 45-63.

GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

KINZO, Maria D'Alva Gil. **Oposição e autoritarismo**: gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice, 1988.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna**: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). São Carlos: EDUFSCar, 1995.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélió. **Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul: 1823-2002**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

RODRIGUES, Márcio Soares. **Assimetrias na travessia: a cisão do emedebismo gaúcho**. 2018. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

XAUSA, Leônidas; FERRAZ, Francisco. O surgimento do bipartidarismo no Rio Grande do Sul nas eleições de 1966. *In*: FLEISCHER, David (org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: UnB, 1981. p. 145-189, v. II.